

## ADVÉRBIOS EM *-MENTE* NA LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE DE PROPRIEDADES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS

Gessilene Silveira KANTHACK<sup>44</sup>

### RESUMO

No intuito de ampliar os estudos de descrição que contemplam a categoria *advérbios* da língua portuguesa, objetivamos, com este trabalho, analisar propriedades sintático-semânticas que envolvem, particularmente, aqueles terminados em *-mente*, classificados, em sua maioria, pelas gramáticas de orientação normativa como advérbios de modo. Para tanto, utilizamos, como *corpus*, textos veiculados pela Revista VEJA (entrevistas das páginas amarelas e reportagens de Capa-ano de 2015), de onde coletamos estruturas sintáticas contendo esse tipo de advérbio. Na investigação, analisamos seus valores semânticos e seus posicionamentos, procurando mostrar se o advérbio figura num âmbito inferior à sentença ou se num âmbito igual ou superior à sentença, tendo como referências autores como Ilari et al., (1991), Castilho e Castilho (1993), Neves (2000), Castilho (2010), que já apresentaram importantes descrições sobre os advérbios da língua portuguesa. Comprovamos que o advérbio em *-mente* apresenta comportamento diversificado, tanto em termos sintáticos quanto semânticos, evidenciando, assim, a necessidade de se revisar e ampliar o tratamento dado a esse tipo de advérbio no contexto escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** advérbios em *-mente*; usos; sintaxe; semântica.

### Introdução

Na perspectiva das gramáticas de orientação normativa, o advérbio pertence a uma classe de comportamento sintático-semântico aparentemente homogêneo, tendo em vista as propriedades destacadas em suas descrições: o advérbio é, basicamente, um elemento modificador de verbo, adjetivo e de advérbio (e de sentenças, como já pregam alguns gramáticos) e é classificado em função das circunstâncias que expressa. Dentre as classificações, está o advérbio terminado com o sufixo *-mente*, apontado, em sua maioria, como sendo de modo. No uso prático da língua, entretanto, esse tipo de

---

<sup>44</sup>Profª. Dra. Titular da UESC, Departamento de Letras e Artes. Avenida José Luiz da Fonseca, 381, Bairro Jardim Savoia, CEP: 45658-260, Ilhéus, BA, Brasil. gskanthack@yahoo.com.br

advérbio apresenta propriedades sintático-semânticas que colocam em xeque o pressuposto básico tradicional.

Com o objetivo de refletir sobre essa problemática, organizamos o artigo assim: primeiro, apresentamos algumas considerações sobre o tratamento dado ao advérbio pelas gramáticas normativas, procurando ressaltar que os critérios adotados por elas não se aplicam a todos os advérbios; segundo, para ampliar a discussão, pontuamos como os advérbios são descritos na perspectiva de alguns estudos linguísticos, que elegem níveis como o da sintaxe e da semântica para dar conta de especificidades funcionais de advérbios; terceiro, tratamos especificamente do advérbio terminado em *-mente*, no intuito de destacar que, quando acionado pelo falante em suas práticas comunicativas, além de poder ser usado para qualificar uma ação, um processo ou estado, pode desempenhar a função de modalizador, um recurso linguístico que veicula a avaliação do falante sobre o conteúdo proposicional; quarto, descrevemos algumas particularidades sintático-semânticas de dois modalizadores, os epistêmicos e os delimitadores, a partir de situações concretas de uso. Por fim, as considerações finais e as referências encerram o artigo.

### **Advérbios na perspectiva das gramáticas normativas: o ponto de partida para algumas reflexões**

Inicialmente denominado de *epirrhéma* pelos gregos, e, depois, de *adverbium*, pelos latinos, o advérbio tem sido tratado, ao longo tempo, nas chamadas gramáticas normativas, como um elemento de natureza bastante regular, dada a sua propriedade básica de se vincular diretamente ao verbo, um comportamento que é refletido na própria etimologia da palavra: *ad verbum* – junto do verbo. Além de modificar essa categoria sintática, pode também modificar o adjetivo e o próprio advérbio.

Trata-se da definição básica que encontramos comumente nas gramáticas normativas: “é o vocábulo determinativo do verbo, do adjetivo ou de outro advérbio” (Said Ali, 1964:183); “é, fundamentalmente, um modificador do verbo” com o acréscimo de que “a essa função básica, geral, certos advérbios acrescentam outras que lhe são privativas [...] podem reforçar o sentido de um adjetivo e de um advérbio”

(Cunha; Cintra, 1985:529); “é uma palavra que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio” (Cegalla, 2005:259).

Também encontramos, nesse tipo de gramática, a ideia de que o advérbio serve “para expressar as várias circunstâncias que cercam a significação verbal” (Lima, 1996:164), que “é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, tempo, modo, intensidade, condição, causa, companhia, dúvida etc.)” (Bechara, 2009:287).

Considerando essas propriedades básicas, temos o pressuposto de que o advérbio compõe uma classe aparentemente homogênea. Todavia, em se tratando de usos efetivos da língua portuguesa, os critérios usados para identificação de um advérbio se aplicam a apenas alguns casos. Nem todos os advérbios se comportam como elementos modificadores, nem tem sua atuação limitada a verbo, adjetivo ou advérbio, e nem sempre indica circunstância. Inclusive, há gramáticos que reconhecem essa problemática e se arriscam a tecer alguns comentários.

Por exemplo, Cunha e Cintra (1985:530), numa nota, destacam: “sob a denominação de Advérbios reúnem-se, tradicionalmente, numa classe heterogênea, palavras de natureza nominal e pronominal com distribuição e funções às vezes muito diversas”. A circunstância é outra propriedade que é colocada em xeque, por exemplo, por gramáticos como Lima (2006) e Bechara (2009), que afirmam que determinados advérbios, como aqueles que recebem a denominação de afirmação e negação, por exemplo, não expressam circunstâncias. Há também as chamadas “palavras denotativas”, que denotam inclusão, exclusão, designação, realce, retificação e situação, que, segundo Cunha e Cintra (2007:540-541), são “por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios”, pois são palavras que “não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio. São por vezes de classificação extremamente difícil”.

Esse tipo de reconhecimento é uma prova de que advérbios ostentam especificidades que precisam ser consideradas em outro tipo de descrição, por exemplo, as de natureza linguística. No âmbito do português brasileiro, há vários trabalhos que já descreveram o comportamento dos advérbios numa perspectiva mais ampla, levando em conta propriedades que vão além daquelas habitualmente conhecidas. Um dos primeiros foi desenvolvido por Ilari et al., (1991), que reconhecem os limites imprecisos que envolvem os critérios tradicionais, alertando que, na prática,

o gramático defronta-se com inúmeros exemplos em que aqueles levam a classificações conflitantes; e às dificuldades de aplicação dos próprios critérios a gramática tradicional tem acrescentado as de um tratamento até certo ponto inconseqüente, decorrente em grande parte da tentativa de associar de maneira constante à *palavra* certas propriedades que se confirmam apenas para algumas de *suas ocorrências*. Seja como for, as gramáticas enquadram atualmente entre os advérbios uma quantidade enorme de *palavras* que seria mais correto dizer que, apenas em algumas ocorrências particulares e em alguns ambientes sintáticos, atendem aos critérios tradicionais para a classificação como advérbios. (Ilari et al., 1991: 69).

É preciso reconhecer que há, sim, advérbios que se enquadram nos postulados básicos da gramática tradicional, mas há muitos outros que não. Para ilustrar essa questão, recorreremos também a um dos trabalhos clássicos sobre o português falado, de Neves (1993), que tratou dos advérbios circunstanciais de lugar e de tempo. Segundo a autora, esses advérbios têm um estatuto particular que a tradição gramatical não costuma avaliar. E complementa:

De fato, se o advérbio se define como ‘modificador’ do verbo (ou, ainda, do adjetivo e do advérbio), como ocorre tradicionalmente, os circunstanciais não pertencem à classe, já que nenhum advérbio de tempo ou de lugar realmente ‘modifica’ o expresso no verbo. Por outro lado, se o advérbio se define como a palavra que indica circunstância, conforme ocorre tradicionalmente, os circunstanciais são os advérbios por excelência. (Neves, 1993:263).

Pelas palavras da autora, advérbios de tempo e de lugar não têm a função de modificar o significado do elemento sobre o qual incidem, mas indicam, naturalmente, uma circunstância. Se são eles efetivamente os verdadeiros circunstanciais, como deveriam ser classificados os demais advérbios? Como tratar, por exemplo, aqueles tradicionalmente denominados de modo e de intensidade? Eles não denotam circunstância, mas constituem as subclasses que mais se aproximam do pressuposto tradicional: atuam como modificadores de verbos, adjetivos e advérbios.

Nessa função básica, especificamente, está explícita a relação sintática que o advérbio contrai com a palavra que ele toma por escopo:<sup>45</sup> uma relação de domínio bastante restrita. A questão que surge é: todos os advérbios que atuam como modificadores têm apenas esse tipo de relação sintática? Como veremos mais adiante,

---

45 Escopo é compreendido como “o conjunto de conteúdos afetados por algum operador” (Ilari, 2007: 163). No caso, o operador é o próprio advérbio, e os conteúdos são aqueles elementos com os quais o advérbio forma unidade.

não. Há advérbios que tomam por escopo diferentes constituintes sintáticos com os quais estabelecem, também, domínios diferenciados. Assim, como dar conta de uma classe intrinsecamente heterogênea, que encobre uma série de subclasses que apresentam comportamentos diferentes?

Conforme Perini (1996), é necessário tratar cada uma das classes de advérbios em termos de seu potencial funcional, uma especificidade que determina os seus comportamentos particulares. Embora o autor se ocupe de mostrar peculiaridades sintáticas de alguns advérbios, ele enfatiza a necessidade de se considerar, também, o critério semântico, desde que seja separadamente do sintático. A razão disso é: “duas palavras que se reúnem claramente do ponto de vista semântico podem ter comportamento sintático muito diverso, e vice-versa” (Perini, 1996:313).

Classificar os advérbios a partir de níveis específicos, sintático ou semântico, tem sido a saída encontrada por aqueles autores que descrevem de forma mais sistemática o comportamento de diferentes tipos de advérbios da língua portuguesa. Ilari et al., (1991:79-80), por exemplo, reconhecendo essa necessidade, propõem duas dimensões:

A primeira dimensão é a dos segmentos sintáticos a que o advérbio se aplica; contrariamente à definição tradicional, esse segmento não é nem um verbo, nem um adjetivo nem um outro advérbio numa longa série de casos (...)

A segunda dessas dimensões é a das ‘funções’ que os chamados advérbios desempenham; essas funções são bastante diferenciadas, o que tende a ser escamoteado nos enfoques tradicionais, onde se reconhece uma única função extremamente genérica de ‘modificação’.

Função, na perspectiva assumida por esses autores, está relacionada aos valores diversos que uma dada forma adverbial contrai no sistema de uso da língua. E é partindo desse tipo de princípio que eles, assim como Neves (2000), procuram descrever o comportamento de determinados advérbios, no intuito de mostrar que, ao contrário do que prega a tradição normativa, o advérbio é um elemento de natureza heterogênea, tanto em termos sintáticos quanto semânticos.

## Advérbios na perspectiva dos estudos linguísticos: em cena os eixos sintático e semântico

Do ponto de vista sintático, o advérbio é descrito como um item linguístico que, além de atuar sobre um constituinte em particular, num âmbito mais restrito, pode figurar num âmbito igual ou superior à sentença. Na primeira situação, temos os chamados *Advérbios de Constituinte*, e, na segunda, os *Advérbios Sentenciais*.<sup>46</sup> Figurando num âmbito mais restrito, o advérbio pode incidir não apenas sobre verbo (1a), adjetivo (1b), advérbio (1c), mas também, por exemplo, a numeral (1d), substantivo (1e) e pronome (1f) (cf. Neves, 2000:234-235):

- (1) a. *Lembrava-se **claramente**.*
- b. Seus sentimentos são **muito delicados**.
- c. **Novamente** *no taxi*, ele me chama a atenção para a boa educação dos pombos britânicos.
- d. O destino do Hospital do ex-IAPI também mudou, só que para pior para a contrariedade de seus **quase 1.500** habitantes.
- e. *Portas à direita e à esquerda*.
- f. E quem sabe se de tudo que pudesse fazer, se entre todas as reações possíveis, não era **justamente isto** – ceder, pagar.

Com um escopo ampliado, o advérbio pode incidir sobre a oração, ou proposição (2) (cf. Neves, 2000:235):

- (2) a. **Provavelmente** *você não gostará da resposta*.
- b. **Realmente**, *sentia fome*.

Essa última propriedade, inclusive, já é sinalizada em gramáticas normativas. Em Cunha e Cintra (1985:530), encontramos a observação de que “alguns advérbios aparecem, não raro, modificando toda a oração”; em Bechara (2009:288), a afirmação de que “o advérbio é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda, dentro de um grupo nominal unitário, a um adjetivo e a um advérbio (como intensificador) ou a uma declaração inteira”. Ainda sobre essa questão, de que o advérbio pode atuar sobre diferentes domínios, Bechara esclarece:

---

46 Além desses dois tipos de advérbios, há também aqueles que “ultrapassam não só os limites dos constituintes, como também da sentença” (Ilari et al., 1991:84), denominados de *advérbios de discurso*. Dentre os advérbios que compõem essa classe, estão *agora, assim, então, aí, lá, inclusive, exatamente* etc.

Em geral, seu papel na oração se prende não apenas a um núcleo (verbo), mas se amplia na extensão em que se espraia o conteúdo manifestado no predicado. Isto lhe permite, em primeiro lugar, certa flexibilidade de posição não só no espaço em que se prolonga o predicado (com seu núcleo verbal), mas se estende aos domínios do sujeito, podendo anteceder-lo ou vir-lhe posposto. Este papel singular do advérbio lhe dá também certa autonomia fonológica, de contorno entonacional muito variado, a serviço do intuito comunicativo do falante.

Assim, há advérbios de papel semântico-sintático mais internamente ligados ao núcleo verbal (e estes não gozam de flexibilidades de posição e entoação atrás referidas), e há os advérbios mais externamente ligados ao núcleo verbal. Daí escapa ao analista uma classificação unitária que abarque todos os casos possíveis. (BECHARA, 2009: 290).

Nessa citação, o autor sinaliza sobre a flexibilidade de posicionamento de certos advérbios, uma propriedade que, segundo Ilari et al., (1991), se define funcionalmente, isto é, de acordo com as intenções comunicativas do falante. Por exemplo, se a intenção for aplicar o escopo ao verbo, ao adjetivo ou ao próprio advérbio, naturalmente, o advérbio terá uma relação de adjacência mais forte com esses elementos, e, por isso, ocorrerá adjunto a eles, como vimos nos exemplos em (1) acima. Se a intenção é explicitar a atitude do falante em relação ao conteúdo de uma asserção, o advérbio poderá ser colocado em posições periféricas à sentença, ou em posição inicial, como vimos em (2), ou em posição final, como em (3) (cf. Ilari et al., 1991:127-128):

- (3) a. então é um corre-corre **realmente**.  
b. e que acabou se transformando até num dono de televisão **praticamente**.  
c. ... o senhor lê jornal **certamente**.

Normalmente, os advérbios que são usados para expressar as avaliações do falante têm maior liberdade de posicionamento. Podem ocorrer nas margens da sentença, tendo, assim, escopo sobre ela, como vimos em (2) e (3), como também no seu interior (4) (cf. Ilari et al., 1991:128-129), excluindo, nesse caso, do seu escopo os constituintes que o precedem:

- (4) a. Aí a coisa **realmente** fica difícil.  
b. O metrô **praticamente** não tem nada nosso.  
c. Você não tem **realmente** mais responsabilidades.  
d. ... o comum era **naturalmente** o paletó saco e o jaquetão.

Sobre o posicionamento dos advérbios nas sentenças, Costa e Costa (2001) ressaltam a necessidade de se reconhecer que há advérbios que são mais fixos e que há outros mais móveis, e que a mobilidade pode ser usada para garantir diferentes efeitos de sentidos. Por exemplo, um advérbio como *provavelmente* pode ser usado em diferentes posições para demarcar os sentidos pretendidos, como ilustra (5):

- (5) a. *Provavelmente* **João** doou os livros para a biblioteca municipal.  
b. João *provavelmente* **doou** os livros para a biblioteca municipal.  
c. João doou *provavelmente* **os livros** para a biblioteca municipal.  
d. João doou os livros *provavelmente* **para a biblioteca municipal**.

Como se pode notar, em cada um dos lugares o advérbio expressa um sentido específico. Em (5a), numa posição periférica à sentença, ele incide sobre “João” (“João” e não “Pedro”); em (5b), ele atua sobre o verbo “doou” (João “doou” e não “vendeu”, por exemplo); em (5c), incide sobre a unidade “os livros” (João doou “livros” e não “revistas”); na última sentença, (5d), o advérbio toma como escopo “para a biblioteca municipal” (os livros foram doados à “biblioteca municipal” e não “à biblioteca da escola”).

Do ponto de vista semântico, os advérbios, dada a capacidade de predicar ou não, podem ser enquadrados em duas grandes classes: predicativos e não predicativos, na descrição feita por Ilari et al., (1991), modificadores e não modificadores, conforme proposta de Neves (2000).<sup>47</sup>

Predicativos ou modificadores são advérbios que modificam o sentido de um constituinte (tanto de âmbito inferior quanto não inferior) sobre o qual incidem. Essa é a noção que se verifica na definição tradicional de advérbio. Sobre isso, Ilari et al., (1991:89) pontuam:

Na afirmação tradicional de que o advérbio modifica tipicamente o sentido do verbo ou do adjetivo está implícita a hipótese de que ele expressa uma espécie de predicação de grau superior: assim como o verbo ou o adjetivo atribuem uma ação ou uma propriedade ao sujeito, o advérbio predicaria uma propriedade da qualidade ou ação que se atribui ao sujeito: assim, em ‘João caminha lentamente’, descreve-se como sendo lenta a ação de caminhar que se atribui a João.

---

47 Vale aqui dizer que, em sua Gramática do Português Brasileiro, Castilho (2010) distribui os advérbios em três grandes classes: os predicativos (modalizadores, qualificadores, quantificadores), os de verificação (focalização, inclusão/exclusão, afirmação e negação) e os dêiticos (locativos e temporais).

Ou seja, mesmo de forma implícita, a gramática normativa reconhece que o advérbio tem a função de predicar sobre as propriedades de determinados elementos; o problema é que ela usa esse critério para todos os advérbios, o que, na prática, não se confirma, pois há os que não têm a capacidade de predicar/modificar.

Na classe dos predicativos, Ilari et al., (1991) incluem: os advérbios *qualitativos* e *intensificadores* (que, normalmente, apresentam um escopo mais restrito), os *modalizadores* (que se aplicam à sentença como um todo, mas podendo também restringir seu escopo) e os *aspectualizadores* (usados para indicar a frequência com que um evento reitera, comportando-se, também, como os modalizadores no que diz respeito ao escopo).

Na classe dos não predicativos ou não modificadores, estão: os advérbios de *negação*, reconhecendo que a negação opera diretamente sobre o valor de verdade da oração, assim como os advérbios de *afirmação* (cf. Neves, 2000), e os *circunstanciais de lugar e tempo*, que não operam sobre o valor de verdade. Também são dessa natureza os advérbios de *inclusão*, *exclusão* e *verificação*. Na descrição apresentada por Neves, no grupo dos não predicativos, isto é, não modificadores, encontram-se também os chamados *advérbios juntivos* (*porém*, *contudo*, *entretanto*, *todavia*, *no entanto*, *portanto*, *por conseguinte*, *então*), “de valor anafórico, que ocorrem numa oração ou num sintagma, referindo-se a alguma porção da oração ou do sintagma anterior” (Neves, 2000:241). Ela lembra que esses advérbios são classificados pela gramática tradicional como conjunções, mas que, na verdade, são elementos em processo de gramaticalização.<sup>48</sup>

Dessas classes, interessa-nos, particularmente, a dos modalizadores, conforme tipologia de Neves (2000), advérbios modificadores, tendo em vista que muitos advérbios terminados com o sufixo *-mente* se enquadram nessa classe, como veremos a seguir.

---

48 Gramaticalização corresponde a um fenômeno de mudança linguística bastante comum nas línguas em geral, que, conforme Hopper e Traugott (2003), designa a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra originalmente lexical. Dentre os advérbios, há vários deles que passam por esse tipo de mudança, por exemplo, o próprio advérbio em *-mente*, que, segundo Vlcek (2011), como qualitativo (função de modo) exerce a função prototípica (atua como modificador de verbo), já, com a função de modalizador, refletindo um posicionamento avaliativo do falante, exerce um valor intersubjetivo no discurso. A autora descreve essa mudança a partir da trajetória unidirecional que caracteriza o posicionamento do advérbio na sentença: como qualificador, é um *advérbio interno à cláusula*, como modalizador, é um *advérbio sentencial*.

### Advérbios em *-mente* na língua portuguesa: modo ou modalizadores?

Tradicionalmente, a maioria dos advérbios terminados em *-mente* figura na classe denominada de modo, uma classe aberta na língua, dada a possibilidade de os adjetivos se converterem em advérbios de modo pelo acréscimo do sufixo *-mente* à forma feminina, um processo de grande produtividade na língua portuguesa. Se considerarmos a definição de advérbio apresentada pelas gramáticas normativas, percebemos que o advérbio de modo é aquele que mais se aproxima do postulado, pois sua característica básica é atuar como qualificador de uma ação, um processo ou um estado expressos num verbo ou num adjetivo. De fato, notamos essa atuação em (6) (cf. Neves, 2000:236; 242):

- (6) a. A cerveja *desceu-lhe* **docemente** garganta abaixo.
- b. Um carro *era freado* **bruscamente**.
- c. Os dedos encarquilhados exibiam pedras **escandalosamente falsas**.
- d. Neste momento, por toda parte, onde quer que exista uma noite, estarão os pastores – na vigília **docemente infinita**.

Mas, o que dizer dos casos que temos em (7), de Ilari (2007:155-156)?

- (7) a. **Basicamente**, eu posso não interferir no processo global... mas eu queria entender esse processo.
- b. **Humanamente**, é impossível fazer tanto processo ao mesmo tempo.
- c. **Realmente**, deve ser maravilhoso ter uma família grande.
- d. Há pessoas que **difícilmente** perdem a calma, perdem o controle.

Como se pode notar, os advérbios destes últimos exemplos não se enquadram no postulado tradicional, tendo em vista que são usados como estratégias para explicitar a avaliação do falante sobre as informações contidas na asserção. Como dar conta, então, desses casos? Qual é a classe apropriada para esse tipo de advérbio? Autores como Ilari et al., (1991), Castilho e Castilho (1993), Neves (2000) e Castilho (2010), entre outros, os definem como modalizadores. Segundo Neves (2000:244),

os advérbios modalizadores compõem uma classe ampla de elementos adverbiais que têm como característica básica expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado: modalizar quanto ao valor de verdade, modalizar quanto ao dever, restringir o domínio, definir a atitude e, até, avaliar a própria formulação linguística.

Modalizar, na perspectiva funcional, significa direcionar para o interlocutor o ponto de vista do locutor (aquele que fala ou escreve) a respeito do que diz. Para isso, a língua coloca à disposição do falante inúmeros itens e estruturas linguísticas para que ele possa organizar, de forma satisfatória, as informações necessárias para atingir suas reais intenções comunicativas. Dentre os recursos linguísticos, estão os advérbios terminados em *-mente*, usados amplamente pelos falantes na organização e formulação de seus enunciados, expressando com eles o tipo de comprometimento que assume em relação ao que está sendo apresentado no conteúdo proposicional.<sup>49</sup>

Como há várias possibilidades de o falante avaliar o que diz, essa classe de advérbios é também considerada bastante heterogênea, comportando, assim, diferentes subclasses.<sup>50</sup> Conforme Neves (2000), são elas: a dos modalizadores *epistêmicos*, a dos *delimitadores*, a dos *deônticos* e a dos *afetivos*.

Os *modalizadores epistêmicos* são usados pelo falante para expressar o seu ponto de vista a respeito do que ele próprio diz. “O que se avalia é o valor de verdade do que é dito no enunciado (...) o que os advérbios modalizadores epistêmicos fazem é asseverar, é marcar uma adesão do falante ao que ele diz, adesão mediada pelo seu saber sobre as coisas” (Neves, 2000:245).

Para asseverar, o falante pode recorrer a advérbios de valor afirmativo, negativo ou relativo. Quando é afirmativo, “o conteúdo do que se afirma ou do que se nega é apresentado pelo falante como um fato, como fora de dúvida”, (Neves, 2000: 245); quando é negativo, “o conteúdo do que se diz é apresentado pelo falante como indubitavelmente não-factual” (2000:247); quando é relativo “o conteúdo do que se diz é apresentado como uma eventualidade, como algo que o falante crê ser possível, ou impossível, provável ou improvável” (2000: 247).

---

49Vale esclarecer aqui o que é modalidade e modalização, embora alguns autores os considerem sinônimos, como, por exemplo, Castilho e Castilho (1993). Modalidade corresponde à estratégia que permite ao falante organizar o componente proposicional, que se constitui de sujeito e predicado (*dictum*) e o componente modal (*modus*), que equivale à qualificação do conteúdo da sentença em conformidade com o julgamento do falante. Este, por sua vez, expressa seu julgamento de duas formas: apresentando o conteúdo de uma forma assertiva (positiva ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) e jussiva (imperativa ou optativa); e expressando seu comprometimento e sua avaliação em relação ao conteúdo proposicional. Esta última estratégia corresponde à modalização.

50 Vale aqui destacar os trabalhos pioneiros de Jackendoff (1972) e Bellert (1977), que, a partir de uma perspectiva sintático-semântica, procuraram dar conta da distribuição dos advérbios nas sentenças, bem como classificá-los em subclasses específicas. Jackendoff (1972) correlacionou posição a regras de interpretação semântica e propôs a seguinte classificação: *advérbios de modo*; *advérbios orientados para o sujeito*; *advérbios orientados para o falante*. Bellert (1977), por sua vez, revisa a classe dos advérbios orientados para o falante, propondo: *advérbios de avaliação*, *modais* e *de domínio*.

Os *modalizadores delimitadores* “não garantem nem negam propriamente o valor de verdade do que se diz, mas fixam condições de verdade, isto é, delimitam o âmbito das afirmações e das negações” (Neves, 2000:250). Para fazer esse tipo de delimitação, o falante pode considerar duas perspectivas: a do próprio falante ou a de um domínio de conhecimento.

Os *modalizadores deônticos* indicam que “o enunciado é apresentado pelo falante como algo que deve ocorrer, necessariamente, dada uma obrigação que alguém tem” (Neves, 2000:252), ou seja, são usados pelo falante para contemplar o desejo de destacar a obrigatoriedade de um fato.

Por fim, os *modalizadores afetivos*, usados pelo falante quando ele quer exprimir reação emotiva, (...) manifestar “disposição de espírito em relação ao que é afirmado ou negado” (Neves, 2000:253). Ele pode fazer isso de duas maneiras: de forma *subjetiva* (quando envolve emoções ou sentimentos do falante) ou de forma *intersubjetiva, interpessoal* (quando envolve sentimento caracterizado pelas relações entre falante e ouvinte).

Esses advérbios, do vista sintático, apresentam como característica básica a mobilidade, podendo ocorrer em lugares variados na sentença. Dependendo da posição que ocupa, o advérbio poderá atuar sobre diferentes constituintes sintáticos, inclusive ultrapassar os limites da sentença.

A fim de certificar isso, investigamos o comportamento de dois advérbios modalizadores terminados em *-mente*, os epistêmicos e os delimitadores, utilizando, para tanto, um *corpus* constituído de textos veiculados pela Revista VEJA, no período de janeiro a junho de 2015, especificamente dez entrevistas das páginas amarelas e vinte e uma reportagens de Capa.<sup>51</sup> Investigar o posicionamento desses advérbios a partir de situações concretas de uso nos possibilita compreender as suas potencialidades funcionais, estando aí a justificativa para a escolha do *corpus*.

### **O uso de advérbios em *-mente*: efetivamente advérbios modalizadores**

Sugestivamente, o que o título desta seção quer ressaltar é a constante presença de advérbios modalizadores no *corpus* investigado. Não que o falante não use o

---

51 Foram consideradas apenas as entrevistas com personalidades brasileiras.

advérbio em *-mente* com sua função habitual, como se pode ver nos exemplos (8) e (9) abaixo:

- (8) a. Admiro **profundamente** a sabedoria teológica de Bento XVI. (Veja, entrevista, 08-04-2105).  
b. A aeronave desapareceu **misteriosamente** no trajeto de Kuala Lumpur... (Veja, reportagem, 01-04-2105).  
c. A economia vai sendo sucateada, como um transatlântico, afundando **lentamente**. (VEJA, entrevista, 10-06-2105).
- (9) a. Ele é **extremamente** tímido. (Veja, entrevista, 08-04-2105).  
b....pode até favorecer a entrada de investidores internacionais... num setor **profundamente** cartelizado. (Veja, entrevista, 10-06-2105).  
c....mostrou que L. permaneceu **assustadoramente** calmo. (Veja, reportagem, 01-04-2105).

Aqui, os advérbios estão exercendo a função de modificador, como preconizado na definição tradicional: de verbos (8), atuando como um qualificador da ação; e de adjetivos (9), atuando como intensificador do conteúdo expresso pela forma adjetival.

Todavia, o *corpus* revelou que o falante, movido por intenções comunicativas, usa o advérbio em *-mente* mais com a função de modalizador, uma estratégia discursiva que revela sua posição em relação à validade e ao valor do que ele próprio diz, como ilustram os exemplos em (10):

- (10) a. ... minha chefe de gabinete avisou que haviam ligado... pedindo a carta de demissão de todos os ministros. **Obviamente** ele estava querendo aguardar minha saída... (Veja, entrevista, 29-04-2105).  
b. O que entrou **oficialmente** nos cofres...foi o produto do roubo... (Veja, reportagem, 01-02-2105).  
c. O representante ... tentou argumentar que a falta do balanço não significava **necessariamente** uma situação financeira ruim. (Veja, reportagem, 04-03-2105).  
d. Ele era a grande esperança do povo brasileiro. Mas, **infelizmente**, fechou os olhos para a corrupção. (Veja, entrevista, 14-01-2105).

Em (10a), temos o advérbio *obviamente* exercendo a função de asseverador, indicando a certeza do falante de que alguém estava querendo aguardar sua saída. Em (10b), o advérbio *oficialmente* é usado para delimitar o âmbito da afirmação, digamos, é

do ponto de vista oficial a afirmação de o que entrou nos cofres públicos foi o produto do roubo. Em (10c), com o *necessariamente*, o efeito de sentido alcançado pelo falante indica que a situação financeira, por falta de um balanço, não implica, obrigatoriamente, em algo negativo. Em (10d), *infelizmente* representa a reação emotiva do falante frente ao que enuncia, nesse caso, seu escopo extrapola o limite da sentença, passando a atuar sobre o próprio falante.

Embora tenhamos encontrado todos os quatro tipos de modalizadores no *corpus*, não é interesse deste trabalho dar conta de todos eles, muito menos indicar as suas frequências de usos, mas apenas dar atenção a algumas particularidades daqueles que foram mais recorrentes, os epistêmicos e os delimitadores.

### **Modalizadores epistêmicos e delimitadores em *-mente*: comportamento sintático e semântico**

A fim de caracterizar as potencialidades funcionais desses dois tipos de modalizadores, procuramos mostrar, primeiro, como se manifestam as avaliações expressas por eles, depois, os seus posicionamentos nas sentenças, com o intuito de evidenciar as regularidades sintáticas que eles assumem.

No que diz respeito às avaliações, o falante emprega os modalizadores em *-mente* com diferentes efeitos de sentido, por exemplo, para apreciar a natureza epistêmica da proposição (11):

- (11) a. O PMDB **realmente** indicou o Z. por meio do Deputado F. D... (Veja, entrevista, 11-02-2105).
- b. Ela havia esquecido seu passaporte e, **evidentemente**, não poderia embarcar. (Veja, reportagem, 01-04-2105).
- c. Pela minha experiência, alguma dificuldade haverá e **provavelmente** alguma modificação na proposta original será feita. (Veja, entrevista, 11-02-2105).
- d. Muito **provavelmente** a presença do comandante...teria sido suficiente para evitar que L. derrubasse o A320... (Veja, reportagem, 01-04-2105).

Nesse conjunto de exemplos, os advérbios estão sendo usados para expressar o grau de adesão do falante com relação às proposições. Nos dois primeiros casos,

*realmente* e *evidentemente* reforçam o saber do falante, que, para garantir credibilidade daquele que recebe a informação, assume um grau alto de adesão ao que está sendo afirmado (11a) e ao que está sendo negado (11b) . Em (11c) e (11d), ao usar o *provavelmente* o falante não se compromete com o valor de verdade do que está sendo apresentado na proposição, revelando, assim, um baixo grau de adesão.

O outro efeito de sentido é promovido pelos chamados modalizadores delimitadores (12), que não garantem nem negam o valor de verdade daquilo que é dito pelo falante, apenas estabelecem os limites dentro dos quais a informação contida na proposição deve ser interpretada:

- (12) a. **Pessoalmente**, aposto que a Olimpíada do Rio vai credenciá-lo para a disputa. (Veja, entrevista, 18-02-2105).
- b. E. se colocou **publicamente** como vítima em uma situação em que não há vítimas... (Veja, entrevista, 29-04-2105).
- c. ...boa escolha de J. L., **tecnicamente** adequada e **politicamente** corajosa, ao enfrentar grupos mais radicais do PT... (Veja, reportagem, 07-01-2105).
- d. J. W... <embora tenha estreitado os laços com D.,> é **historicamente** ligado a L.J. (Veja, reportagem, 07-01-2105).

Em (12a) e (12b), a delimitação da validade do enunciado está sendo feita de acordo com a perspectiva do falante: de um ponto de vista próprio; já em (12c) e (12d), está sendo fixada a partir de um domínio de conhecimento: digamos, do ponto de vista técnico (12c), do ponto de vista político (12c), do ponto de vista histórico (12d). Em todos os casos, nota-se, portanto, uma restrição do âmbito da informação que está sendo veiculada.

Esses dois tipos de avaliação sinalizam que o falante, ao recorrer aos advérbios em *-mente*, intenciona assegurar para o interlocutor a sua posição em relação ao que diz: maior ou menor grau de comprometimento (tem maior grau aqueles que ratificam o conteúdo proposicional; tem menor grau aquele que diminui a responsabilidade do falante sobre o que está sendo afirmado) e restrição do âmbito em que o falante considera ser apropriado julgar o valor do conteúdo da proposição.

Quanto aos posicionamentos, seja para asseverar, seja para delimitar, os advérbios em *-mente* demonstram, de fato, liberdade sintática. Eles podem ser alocados em diferentes posições,<sup>52</sup> como podemos ver em (13), com os advérbios epistêmicos:

- (13) a. Se fizer uma articulação do tamanho da votação... [**certamente** a dificuldade será imensa]. (Veja, entrevista, 11-02-2105).
- b. Quando ele for melhorando, vou subir seu salário. [Se ele merecer, **obviamente**]. (Veja, entrevista, 22-04-2105).
- c. [O PMDB **realmente** indicou o Z.] por meio do Deputado F. D. ... (Veja, entrevista, 11-02-2105).
- d. Células mortas do coração e do cérebro, [que não são **naturalmente** substituídas com o envelhecimento], poderiam ser respostas com células-tronco. (Veja, reportagem, 08-04-2105).
- e. [O Brasil tem de identificar uma matriz macroeconômica **realmente** nova], com mais ênfase no esforço fiscal pelo lado da eficiência das despesas. (Veja, entrevista, 14-01-2105).

Temos a demonstração de que o asseverativo pode ocorrer nas margens da sentença, inicial (13a) e final (13b), o que corrobora o seu estatuto de advérbio sentencial. Nesse caso, a relação de domínio é estabelecida com toda a sentença.

Quanto às outras posições, entre o sujeito e o verbo (13c), entre o verbo e complementos (13d) e no meio do complemento (13e), elas indicam a necessidade que o falante tem de precisar o escopo do advérbio. Nesses casos, ele exclui de seu domínio os elementos precedentes, tomando como escopo apenas os elementos que estão imediatamente posteriores a ele, o verbo em (13c) e o adjetivo em (13d) e (13e). Nessas posições intermediárias, percebemos que, além da função de asseverar, uma outra função é agregada, a de intensificação, demonstrando, assim, que a relação de domínio estabelecida pelo advérbio é mais estreita do que aquela que vimos em (13a) e em (13b).

Essa mesma regularidade de posicionamento se observa com os advérbios delimitadores:

- (14) a. Cassaram e mataram tanta gente.. que [**praticamente** só sobrou a mim para ser presidente do partido]. (Veja, entrevista, 14-01-2105).
- b. [Quando essa ideia triunfa **coletivamente**], é um desastre. (Veja, entrevista, 15-04-2105).

---

52 Demarcamos os limites da sentença com colchetes e destacamos com sublinhado o domínio de atuação do advérbio.

c.[Bento XVI **praticamente** virou um monge]. (Veja, entrevista, 08-04-2105).

d. [O adicional foi negociado **diretamente** com os corruptores] (Veja, reportagem, 11-02-2105).

e. Temos de parar no Brasil de [tentar dar respostas fáceis e **politicamente** corretas a problemas complexos]. (Veja, entrevista, 01-04-2105).

Assim como os asseverativos, os delimitadores de posição periférica, (14a) e (14b), tomam como escopo a sentença inteira; já, quando se deslocam para o interior dela, o seu escopo se restringe ao verbo *virou* (14c), ao sintagma *com os corruptores* (14d) e ao adjetivo *corretas* (14e). Além de delimitar, a restrição do escopo indica um novo valor agregado, o de focalização, realçando o valor dos constituintes que estão sob o domínio do advérbio. Segundo Ilari (1993), a ênfase é dada porque o locutor está seguro em relação ao que afirma, comprometendo-se, assim, com a verdade do dito.

Com os exemplos em (13) e (14), evidenciamos que, apesar da mobilidade, característica do advérbio modalizador em *-mente*, a sua colocação na sentença obedece a uma certa regularidade. Tendo conhecimento dessa propriedade, naturalmente, os falantes alocam o advérbio em diferentes lugares, de acordo com os propósitos comunicativos: se a intenção é avaliar todo o conteúdo de uma proposição, no intuito de obter um só sentido, as posições escolhidas são as periféricas; se a intenção é avaliar um constituinte menor do que a sentença, a posição escolhida tende a restringir o escopo do advérbio, e, conseqüentemente, emergir um duplo sentido.

Da amostra apresentada, somos levados, portanto, a reconhecer o comportamento heterogêneo do advérbio terminado em *-mente*, que, como vimos, além de sua função habitual, exerce outras funções que, ainda, não são apropriadamente abordadas no ensino dessa categoria. Tratar o advérbio apenas pelo olhar das gramáticas de orientação normativa restringe o seu potencial funcional, *certamente!*

### **Algumas considerações finais**

Embora a discussão promovida neste trabalho não seja inovadora, consideramos pertinente retomar a problemática que envolve o ensino de advérbios, pois, como

discutimos, há necessidade de ampliação do tratamento a ser dado a eles em aulas de língua portuguesa.

No caso dos advérbios terminados em *-mente*, abordá-los apenas como sendo, em sua maioria, de modo, implica reduzir as suas propriedades funcionais. É claro que, em determinadas situações, ele pode atuar como modificador de verbo, adjetivo e advérbio, como está posto tradicionalmente nas descrições de orientação normativa. No entanto, vimos que, em usos efetivos da língua, os advérbios em *-mente* são muito mais usados pelos falantes como uma estratégia que lhes possibilitam expressar avaliações sobre o que dizem. Dependendo do propósito comunicativo, o falante pode usar o advérbio, por exemplo, ora com função asseverativa, ora com função delimitadora; também, pode alocá-lo em diferentes posições na sentença, indicando que os seus domínios de atuação também são diferenciados: ora pode ser restrito, ora ampliado.

Entendemos que, ao ensinar sobre o advérbio em *-mente*, o professor deve partir de usos concretos, como os que demonstramos em nossa investigação prática, para que os alunos percebam os valores empregados, o comportamento sintático que adquire nas estruturas sentenciais, suas propriedades funcionais, enfim, seu caráter multifacetado. É necessário empreender reflexões para que o aluno possa compreender e usar, de forma significativa, os advérbios nos mais variados propósitos comunicativos. No caso do advérbio em *-mente*, o aluno deve reconhecê-lo como um importante instrumento linguístico que pode ser usado não só para qualificar um verbo, um adjetivo ou um advérbio, mas para veicular avaliações que podem indicar limites dentro dos quais o conteúdo de uma proposição deve ser interpretado; ou para indicar maior ou menor grau de adesão do falante em relação ao conteúdo proposicional expresso por ele, podendo influenciar, inclusive, o comportamento daquele que recebe a informação, no caso, o interlocutor.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Bechara, E. 1999. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna.

Bellert, I. 1997. On Semantic and Distributional Properties of Sentential Adverbs. *Linguistic Inquiry*. V. 8, n. 2, p. 337-351.

Castilho, A. T.; Castilho, C. M. M. de. 1993. Advérbios Modalizadores. In: Ilari, R. (Org.). *Gramática do Português Falado*: Vol. II: Níveis de Análise Lingüística. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 213-260.

- Castilho, A. T. 2010. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- Cegalla, D. P. 2005. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Editora Nacional.
- Costa, A.; Costa, J. 2001. *O que é um advérbio?* Lisboa: Edições Colibri.
- Cunha, C.; Cintra, L. 1985. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Hopper, P. J; Traugott, E. C. 2003. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ilari, R. et al. 1991. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: Castilho, A. T. de. (Org.). *Gramática do português falado: V. I: A Ordem*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, p. 63-141.
- Ilari, R. 1993. Sobre os advérbios focalizadores. In: Ilari, R. (Org.). *Gramática do português falado: V. II: Níveis de Análise Linguística*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 193-212.
- Ilari, R. 2007. A categoria advérbio na gramática do português falado. *Revista Alfa*. São Paulo, 51 (1), p. 151-174.
- Jackendoff, R. 1972. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, Mass. MIT Press.
- Lima, C. H. da R. 2006. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Neves, M. H. M. 1993. Os advérbios circunstanciais (de lugar e de tempo). In: Ilari, R. (Org.). *Gramática do português falado: V. II: Níveis de Análise Linguística*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 249-284.
- Neves, M. H. M. 2000. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP.
- Perini, M. A. 1996. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática.
- Said Ali, M. 1964. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- Veja. (2015). São Paulo: Editora Abril, edições: 2407-2428.
- Vlcek, N. P. 2011. *Gramaticalização e ordenação de advérbios em -mente/ment no português e no francês: uma análise histórica*. 103 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

